



EFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO? QUE PECADO!

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

A matéria publicada em 10/3/2002, domingo, no Estado, foi das mais completas e corajosas que a imprensa diária brasileira produziu nos últimos anos sobre o ensino superior público brasileiro.

É preciso esclarecer, entretanto, que um grande problema que o Brasil enfrenta, e que pode ser mascarado pelo teor da reportagem, é imaginar, ingenuamente, que o aluno do setor particular vai assegurar, por meio de suas mensalidades, a integração do bom ensino, da boa pesquisa e da boa extensão, enquanto o Estado vai continuar, sozinho, a cobrir, em todos os sistemas públicos, o inchaço de pessoal, a universalização do tempo integral, recursos de pesquisa para todos, independentemente de resultados.

Nos EUA, as universidades de pesquisa são mais caras que as demais e, ainda assim, têm turmas maiores, como compensação para poder liberar os professores para a pesquisa. Lá, existe uma realidade orçamentária, é preciso fazer opções e a discussão não se restringe a exigir a famosa "vontade política das autoridades".

Por isso, se o setor particular não conseguir captar recursos de outras fontes que não as mensalidades escolares, sangradas pela inadimplência, se não aprenderem a planejar para realizar uma pesquisa minimamente qualificada, continuará sendo um sonho, ou um engodo, a convivência do ensino, da pesquisa e da extensão nestas instituições.

Por outro lado, as universidades públicas acomodaram-se em conviver com orçamentos oficiais extremamente rígidos, que quase só pagam pessoal, principalmente no setor federal, suplementados muitas vezes pelas fundações de apoio geridas autonomamente - beneficiando mais os professores do que as instituições, mas que asseguram um mínimo de custeio, investimento e complementação salarial aos docentes nas áreas mais competitivas - mesmo premidas pelas exigências descabidas de atendimento de massa, de pesquisa e de alta qualidade, contrariando qualquer possibilidade de realização de uma missão focalizada e exequível (ninguém é e pode ser bom, em tudo e para todos).



No entanto, esta mesma realidade, que era comum na Europa de décadas atrás, está sendo substituída, lá, pelas universidades empreendedoras que, para o cumprimento de suas funções acadêmicas e em nome de suas autonomias, não somente políticas e acadêmicas, mas também estas, resolveram organizar-se para buscar fontes alternativas de recursos, que em sua maioria já eram canalizados para as instituições mais tradicionais, ampliando atividades e adicionando um outro tanto aos recursos estatais.

Nestas universidades, nem os alunos nem o Estado são responsáveis exclusivos pelo financiamento. Por isso, elas podem realizar pesquisas de qualidade em escala, admitir professores em tempo integral, em suma, realizar-se em sua missão universitária integral.

O pano de fundo da matéria foi o sucesso de uma instituição particular, a Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), ao implantar uma área de pesquisa capaz de participar do projeto Genoma e adquirir notoriedade nacional, mesmo com poucos recursos institucionais oriundos de mensalidades.

Como reitor e vice-reitora, na época em que se planejou a implantação da pesquisa na UMC e em que foram tomadas as decisões estratégicas necessárias para assegurar a viabilidade deste projeto, numa universidade que nunca antes havia captado recursos de agências de fomento para a pesquisa científica, e que, depois de três anos de gestão, passou a ser o segundo captador privado na Fapesp, gostaríamos de testemunhar, primeiramente, que, sem um planejamento estratégico muito cuidadoso, a pesquisa, provavelmente, não teria tido sucesso na UMC.

Em segundo lugar, que a área escolhida, não por acaso, teve um crescimento e uma repercussão até acima do esperado. E, em terceiro lugar, que a instituição teve muito critério, e sorte, na escolha de seus pesquisadores, porque, sem sua competência, dedicação e seriedade, nenhum planejamento, por melhor que fosse, teria sucesso.

No entanto, essa experiência, provavelmente, não poderá ser repetida, pois o setor particular, dentro da atual política de ensino superior no Brasil, terá enormes dificuldades para adotar modelo parecido, uma vez que as fontes de recursos são escassas e saturadas, as instituições particulares, de modo geral, não sabem o que é criar um ambiente de pesquisa científica e, por fim, os investimentos em pesquisa, que incluem professores competentes em tempo integral, estímulos à produção intelectual relevante numa carreira docente e investimentos de infra-estrutura, não podem ser gerados a partir de mensalidades médias de R\$ 500,00.



Acertar, com pouco investimento e pouca diversidade, no problema certo, na hora certa é, no mínimo, reservado para poucos, e uma política nacional de pesquisa, que deve incluir as instituições privadas, não pode depender disso. Nos países mais avançados, a pesquisa é coberta por fontes adicionais às mensalidades. Assim é na Europa, onde os recursos de ensino e pesquisa são diferentes e somados no apoio às IES às pequenas mensalidades. Nos EUA, as instituições públicas recebem recursos dos Estados e das agências de fomento e o setor particular sem fins lucrativos não conta com mais de um terço de suas receitas vindo das anuidades, muito maiores que as brasileiras.

Enquanto falar em eficiência, eficácia, produtividade, recursos, usuários, demanda ou gestão for considerado uma rendição ao neoliberalismo e enquanto as universidades forem mais dos professores do que dos alunos e da sociedade, será difícil reverter o quadro perverso que se instalou no sistema público de ensino superior.

Financiar os alunos (para que eles possam estudar, captar novas receitas sem se mercantilizar), aperfeiçoar a gestão para aumentar a eficiência, saber afastar os incompetentes e pouco dedicados (mas que continuam a receber por décadas), avaliar e planejar sempre são os desafios que o sistema universitário brasileiro, como um todo, vai ter de enfrentar, para poder contribuir para o desenvolvimento nacional - e sobreviver. Tudo isso precisará ser apoiado por um projeto nacional explícito e corajoso para o ensino superior, muito além do Provão.

Texto publicado no jornal O Estado de São Paulo, coluna Espaço Aberto, de 18 de março de 2002 e inserido no site em março / 2002.